

Zona Franca de Manaus, ano 2023

DIFICULDADES ENVOLVIDAS NA TRAMITAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA ESTÃO APENAS COMEÇANDO

*Rogério Furquim Werneck**

Parece título de um romance barato de ficção-científica. Mas, na verdade, é só uma referência às reais proporções do desfiladeiro de dificuldades pelo qual terá que passar a reforma tributária no Congresso, até que se consiga aprovar um rearranjo razoável da forma canhestra com que os três níveis de governo vêm extraindo da economia recursos equivalentes a 30% do PIB. No início desta semana, o relator da proposta de emenda constitucional que altera o capítulo referente ao sistema tributário nacional afinal apresentou um relatório preliminar. Sentiu-se à vontade para incluir no documento -- que deve servir de base para os trabalhos da comissão especial responsável pela discussão da reforma tributária no Congresso -- proposta de prorrogação por dez anos do prazo de vigência dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. De 2013 para 2023. Uma proposta exatamente na contramão da reforma tributária que hoje se faz necessária. Envolve um retrocesso descomunal, mas emblemático. Dá bem idéia da importância e da natureza das pressões que terão de ser enfrentadas no Congresso, para que a coerência e a qualidade da reforma tributária possam ser preservadas ao longo da sua apreciação pelo Legislativo.

Nunca houve dúvidas sobre a enorme complexidade envolvida no desafio de redesenhar o sistema tributário brasileiro, conferindo-lhe mais racionalidade, nas linhas estabelecidas pelo ministério da Fazenda já no final de 1997. Embora o redesenho pretendido esteja basicamente restrito à tributação de bens e serviços, as mudanças vislumbradas não são nada simples. E deverão exigir uma delicada conciliação de interesses dentro do já complicado e assimétrico arranjo federativo brasileiro.

Foi exatamente a percepção da complexidade deste desafio que levou o presidente da República, em entrevista concedida ao **Estado** em meados de março passado, a declarar, com franqueza, sua intenção de deixar de lado a reforma tributária até que pudesse detectar no Legislativo mais consciência sobre a questão. Mas àquela altura o recuo já não era possível. Percebendo o clamor pela reforma, os presidentes do Senado e da Câmara tomaram a iniciativa de defender incisivamente que a ela fosse dada prioridade. E o Executivo, a contragosto, viu-se arrastado para uma batalha política que preferia evitar e para qual não havia se preparado adequadamente.

Desde então, tornaram-se ainda mais gritantes as razões que apontam para a urgência da reforma. De todos os lados, vêm aflorando sinais de falência do remendado e distorcido sistema tributário com que hoje conta o País. A guerra fiscal entre Estados vai assumindo desdobramentos cada vez mais lamentáveis, como bem ilustram dois casos recentes: os incentivos ao projeto de investimento da Ford na Bahia e a decisão de São Paulo de limitar a 20% a compra de produtos em outros Estados, por empresas

Paulistas que optaram por recolhimento simplificado de impostos. Iniciativa que vem estimulando retaliações. Enquanto isto, continua aumentando a importância relativa dos tributos de baixa qualidade. No ano passado, cerca de 36% da receita administrada pela Secretaria de Receita Federal proveio de quatro impostos de péssima qualidade. Três deles – Cofins, PIS-PASEP e CSSL – serão supostamente eliminados com a reforma, caso a proposta do governo acabe sendo acolhida pelo Congresso.

A grande questão é como manter a reforma nos trilhos durante o acidentado percurso por que terá de passar no Congresso. A proposta de prorrogar até o ano 2023 os generosos incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus é apenas uma amostra do que pode vir pela frente em termos de desvirtuamento da reforma. Mantê-la nos trilhos deverá requerer do governo disposição inequívoca – que ainda não demonstrou ter – de mobilizar o capital político com que ainda conta para afinal dotar o País de um sistema tributário moderno, compatível com um novo e longo período de crescimento econômico sustentado.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.